



“No encantamento do seu ideal feminista”. Atuação e associativismo docente de Maura Pereira (Santa Catarina, décadas de 1920 - 1930)

“In the Enchantment of Her Feminist Ideal”. Teaching Practice and Teacher Associativism of Maura Pereira (Santa Catarina, the 1920s and 1930s)

“En el encantamiento de su ideal feminista”. Actuación y asociacionismo docente de Maura Pereira (Santa Catarina, décadas de 1920 y 1930)

Carolina Cechella Philippi
Universidade Estadual Paulista (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-6121-254X>
<http://lattes.cnpq.br/3010877115378816>
carolina.philippi@unesp.br

Resumo

Na capital catarinense do começo do século XX, a acessibilidade de mulheres aos espaços políticos e de reivindicação ainda eram limitados. Neste contexto, Maura de Senna Pereira ganha protagonismo ao exercer influência social através das pautas consideradas feministas defendidas em nome do professorado local. Equidade salarial e ruptura com a Lei do celibato fizeram parte de suas falas e lhe concederam a alcunha, ora elogiosa e ora crítica, de feminista. O artigo se ocupou, por esta perspectiva, em mapear na historiografia seus espaços de transição, suas redes sociais de amparo e suas falas em defesa da classe docente em Florianópolis dos anos 1920 e 1930.

Palavras-chave: História da Educação; História da Profissão Docente; Carreira docente.

Abstract

In the capital of Santa Catarina state at the beginning of the twentieth century, the accessibility of women to political and claiming spaces was still limited. In this context, Maura de Senna Pereira gains prominence by exerting social influence through feminist agendas to defend the interests of local teachers. Salary equity and rupture with the Law of celibacy were part of her speech and granted her the nickname, sometimes praise and sometimes criticism, of feminism. The article was concerned, by this perspective, with mapping in the historiography of their transition spaces, their social networks, and their speeches in defense of the teaching class in Florianópolis of the 1920s and 1930s.

Keywords: History of Education; History of Teaching Profession; Teaching career.

Resumen

En la capital catarinense de comienzos del siglo XX, la accesibilidad de las mujeres a los espacios políticos y de reivindicación aún eran limitados. En este contexto, Maura de Senna Pereira gana protagonismo al ejercer influencia social a través de las pautas feministas defendidas en nombre del profesorado local. Equidad salarial y ruptura con la Ley del celibato formaron parte de su hablar y le concedieron el apodo, ora elogiosa y ora crítica, de feminista. El artículo se ocupó, por esta perspectiva, en mapear en la historiografía sus espacios de transición, sus redes sociales de amparo y sus charlas en defensa de la clase docente en Florianópolis de los años 1920 y 1930.

Palabras clave: Historia de la Educación; Historia de la Profesión Docente; Carrera docente.

Recebido: 31/08/2025

Aprovado: 15/12/2025

Introdução

Quando a catarinense Maura de Senna Pereira foi anunciada como membro da Academia Catarinense de Letras, contava com 23 anos e nenhum livro publicado (MATOS, 2014, p. 17). Na ocasião de sua posse, que veio a ocorrer somente três anos depois, também ocuparam seus respectivos lugares na instituição nomes como Delminda Silveira, e Adolpho e Marcos Konder (ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, 1927, p. 1; 1930, p. 4). Juntamente com Delminda Silveira, Maura Pereira foi uma das primeiras mulheres brasileiras a ser nomeada e empossada em uma Academia de Letras, embora as trajetórias de ambas fossem bastante distintas. A esse respeito, vale destacar que na ocasião da indicação de Maura, Delminda Silveira já contava com 73 anos, bem como com uma sólida trajetória de publicações de livros e de contribuições na imprensa (PORTAL CATARINA, 2023, n.p.). Também, devido ao avançado da idade, Delminda Silveira veio a falecer dois anos depois de sua posse. Maura, por outro lado, não apenas seguiu ativa e engajada em suas produções literárias e na atuação profissional como, décadas depois, veio a negar o seu pertencimento à “geração da academia” (MATOS, 2014, p. 19), demonstrando-se mais afeita à outros grupos intelectuais.

Assim sendo, entende-se que Maura de Senna Pereira contava, desde muito jovem, com um considerável respaldo social e um trânsito significativo junto aos meios literários, acadêmicos e educacionais de Florianópolis no início do século XX. Estes se fizeram ver pela sua recorrente participação e citação na imprensa local (ANOTAÇÕES, 1927, p. 2; PALAVRAS AO PROFESSOR, 1927, p. 3), pela sua reiterada presença em eventos sociais e literários (FESTIVAL DE ARTE, 1927, p. 2; FESTA LITERÁRIA, 1927, p. 2), e pelo seu engajamento em associações de socorros mútuos¹ (DIVERSAS, 1927a, p. 5) e acadêmicas (DIVERSAS, 1926, p. 4). Ademais, sopesaram também na consolidação de suas redes de sociabilidade as alianças já travadas pela família, sobretudo por seu pai, José de Senna Pereira, um dos fundadores da Igreja Presbiteriana em Florianópolis. Foi, pois, também essa rede que lhe garantiu o amparo necessário para o seu ingresso na Academia de Letras local. Apadrinhada por Henrique Fontes², endossada por nomes como Othon D'Eça³ e Laércio Andrada⁴, e com a posse conduzida pelo então Interventor Federal Nereu Ramos⁵, Maura Pereira pôde, então, acessar alguns espaços de atuação e visibilidade ainda pouco ocupados pelas mulheres da época (MATOS, 2014, p. 17).

Foi também devido a essa inserção incomum que sua trajetória foi tema de estudo, sobretudo, de campos como a historiografia (BESEN, 2021; MATOS, 2014; SCHROEDER, 1997) e os estudos literários (KALCKMANN, 2007). Nessas produções, ganharam destaque sua vida familiar, profissional e literária. Pela via dos estudos históricos, ganhou ênfase o seu envolvimento com entidades de representação classista (BESEN, 2021) e acadêmicas (MATOS, 2014; SCHROEDER, 1997) do período. Para além disso, Maura Pereira foi também um nome ativo e atuante, pelo menos até a década de 1930, no ensino primário

¹ A Liga do Magistério Catarinense, associação da qual Maura Pereira fez parte, foi listada por Rafaela Leuchtenberger (2009) como uma das 31 associações de socorros mútuos organizadas em Florianópolis, entre 1886 e 1931.

² Educador catarinense, nascido em 1885 e falecido em 1966. Lecionou no Gymnasio Catharinense e atuou como chefe escolar na capital antes de assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública, o qual ocupou entre 1919 e 1926. Foi nessa gestão que prescreveu como obra didática para o ensino primário no estado a “Série de Leitura Graduada Fontes” (PIAZZA, 1985; PROCHNOW, 2009).

³ Bacharel, escritor e professor formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e um dos fundadores da Academia Catarinense de Letras. Atuou como Juiz de Direito, Delegado Auxiliar de Polícia e professor de Direito Romano na Faculdade de Santa Catarina (MATOS, 2014, p. 17; PONTES, 2016).

⁴ Bacharel pela Faculdade de Direito de Niterói, engenheiro e professor, um dos líderes da comunidade presbiteriana na cidade (MATOS, 2014, p. 18).

⁵ Catarinense, filho de Vidal Ramos, bacharel em direito (1909), fundador do Partido Liberal Catarinense (1927) e governador do estado entre 1935 e 1945 (FGV; CPDOC, 2020).

catarinense. Egressa da Escola Normal local, onde dividiu sala com nomes como Antonieta de Barros (ENTREGA DE DIPLOMAS ÀS NORMALISTAS, 1921, n.p.), foi a primeira presidenta e uma das fundadoras da Liga do Magistério Catarinense (LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1924, n.p.), além de participante assídua dos debates e teses avultados na 1ª Conferência do Ensino Primário realizada em Santa Catarina (CONFERÊNCIA DO ENSINO PRIMÁRIO, 1927a, p.1).

É, pois, da articulação de Maura de Senna Pereira em torno de alguns pontos de reivindicação específicos que esse artigo se ocupa. Nesse sentido, interessou apontar como algumas bandeiras levantadas – individual ou coletivamente – fizeram ver reivindicações específicas do professorado primário local, sobretudo quando de sua atuação junto à Liga do Magistério Catarinense, bem como assinalaram para a defesa da ocupação do espaço público pelas mulheres da época. Para tanto, organizou-se uma série documental, composta por citações de sua atuação na imprensa local e pelos anais da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário (1927), disponíveis digitalmente via acesso junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e ao Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (Biblioteca Universitária-UFSC). Sobretudo para o acesso à primeira, optou-se por lidar com a dispersão e o volume da massa documental usando como ferramenta de busca o nome da professora. Foi, pois, esse expediente metodológico que permitiu localizá-la e, conseqüentemente, categorizar suas práticas (GINZBURG, 1989, p. 169-178). Ademais, na lida com a série documental, buscou-se a listagem de suas ações – aqui entendidas como operações encampadas em um território político disputado (CERTEAU, 1985, 2009) –, na tentativa de fazer ver as redes de amparo e sociabilidade (SIRINELLI, 1996) que deram sustentação aos seus trânsitos funcionais e acadêmicos.

Assim sendo, este artigo se organizou em dois itens: “o trabalho das professoras” e “mulheres em espaço público”. Eles, pois, operaram como categorias para inventariar as práticas de Maura Pereira, de acordo com pontos de demanda reincidentes em sua atuação ao longo das décadas de 1920 e 1930. Dessa forma, no primeiro se agrupam as bandeiras defendidas em nome e em prol das professoras primárias, sobretudo no espaço na 1ª Conferência do Ensino Primário, ocorrida em Florianópolis ao longo do mês de agosto de 1927. Na segunda, inventariaram-se suas falas e ações em torno da defesa da ocupação feminina dos espaços públicos, sejam eles políticos, acadêmicos ou profissionais. Aqui, ganham destaque não só a sua defesa do voto feminino, como também algumas das pautas defendidas a respeito do trânsito profissional das docentes. Em ambas as seções, incorpora-se a discussão sobre os modos pelos quais a alcunha de feminista foi manejada – ora como crítica, ora como elogio – à medida tais bandeiras eram levantadas. Por fim, a título de considerações finais, destaca o entroncamento de bandeiras então ligadas ao feminismo com reivindicações de grupos sociais específicos e, mais especificamente, da professora e escritora Maura de Senna Pereira. Interessou, ademais, mapear os meios pelos quais ela se articulou a coletivos literários e docentes, e os confrontos produzidos a partir de seu posicionamento.

1. O trabalho das professoras

Maura Pereira, pois, não andou só. E para além dos vínculos familiares e afetivos, foi no exercício da profissão docente que ela angariou alguns espaços potentes de ação e engajamento. Isso porque, já na condição de aluna da Escola Normal, ela não apenas dividiu sala com Antonieta de Barros (ENTREGA DE DIPLOMAS ÀS NORMALISTAS, 1921, n.p.), que já ali organizava o Centro Cívico das Normalistas (ROMÃO, 2021, p. 88), como foi aluna de nomes como Henrique Fontes, Altino Flores e Barreiros Filho, todos acadêmicos pertencentes aos quadros da Academia Catarinense de Letras (MATOS, 2014, p. 18). Essas relações, pois, estenderam-se e transbordaram em outros espaços que ocupou, abrindo-lhe vias

para ser a presidenta da Liga do Magistério Catarinense (LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1924, n.p.), integrante do Centro Catarinense de Letras (DIVERSAS, 1926, p. 4) e acadêmica da Academia Catarinense de Letras (MATOS, 2014).

Foi na primeira, sobretudo, que Maura engrossou fileiras organizadas em torno de algumas pautas caras ao professorado local. A esse respeito, é válido destacar que a Liga do Magistério Catarinense, embora tenha tido sua trajetória marcada pela efemeridade, constituiu-se como um ponto de encontro das professoras primárias, organizadas em uma diretoria hierarquizada, que se fez ver em eventos sociais (A GRANDE MANIFESTAÇÃO AO SR. CORONEL GOVERNADOR DO ESTADO, 1925, n.p.), acadêmicos (UMA CARTA, 1925, n.p.) e de governo (REPRESENTAÇÕES, 1926, p. 7). A agremiação funcionou, dessa forma, como muito mais que um núcleo prestador de serviços de assistência pecuniária e ao oferecimento de socorros (LEUCHTENBERGER, 2009), já que operou como espaço de trocas de impressões, amadurecimento de demandas e organização de táticas (CERTEAU, 2009) a serem encampadas em prol do professorado primário, no momento em que ele paulatinamente se institucionalizava. Dessa forma, o associativismo da categoria⁶, aqui marcadamente acessado pela via da análise da trajetória de Maura Pereira, quando de sua atuação na Liga, foi tomado como ponto fulcral do processo de profissionalização do professorado (NÓVOA, 1987), bem como de sua tentativa de fazer ver e legitimar suas demandas e vontades próprias (CATANI, 2003; XAVIER, 2013, 2019).

Dentre os lugares pelos quais se fizeram ver, foi nas sessões da Conferência do Ensino Primário, realizada nos prédios da Escola Normal Catarinense, e dos Grupos Escolares Lauro Muller e Silveira de Souza, entre julho e agosto de 1927, que algumas das agremiadas da Liga conseguiram endossar suas bandeiras com maior visibilidade. Não por acaso, a ocasião representou não somente um evento de ampla participação da comunidade escolar – composta sobretudo por diretores, professores e inspetores –, mas como uma tentativa de legitimação de um rol de ações e de sujeitos que operavam no campo educacional no período (HOELLER; DAROS, 2023). Dessa forma, as 44 teses apresentadas em diferentes sessões, divididas ao longo dos dias, escritas e apresentadas por professores e inspetores, demoraram-se em temas tais quais os métodos de ensino, extensão do curso da Escola Normal, ensino profissional, ferramentas didáticas e noções de higiene (BESEN, 2021, p. 139). Além disso, dela participaram membros do executivo e legislativo estadual como, por exemplo, o então governador eleito pelo Partido Republicano Catarinense, o Sr. Adolpho Konder (CONGRESSO DE ENSINO, 1927, p.2).

Talvez por isso o espaço tenha sido entendido como um possível trampolim para a promoção tanto da Liga como uma organização da classe, quanto de suas demandas para a categoria. Foi, então, em suas sessões e reuniões que Maura Pereira escolheu defender duas bandeiras que lhe eram caras: a equiparação salarial entre professores e professoras, e a revogação da Lei que proibia o casamento às professoras dos Grupos Escolares. Em ambos os casos, as solicitações transbordaram as sessões da Conferência e foram, efetivamente, pautadas em sessões ordinárias do Congresso do Estado menos de um mês após o encerramento dos trabalhos da primeira (CONGRESSO DO ESTADO, 1927a, p. 4; 1927b, p. 4). Também nas duas ocasiões Maura Pereira lançou mão de amparo e apoio de um rol de colegas que sustentaram o seu posicionamento ou, após a sessão, defenderam sua atuação na imprensa local (CONFERÊNCIA DO ENSINO PRIMÁRIO, 1927b, p. 3; PENAS, 1927, p. 2).

As solicitações, todavia, tiveram recepções e encaminhamentos diferentes. A primeira – a saber, sobre a equiparação salarial entre professores e professoras – não teve, em momento algum, seu mérito questionado. Ela, muito pelo contrário, foi considerada “[...]”

⁶ O associativismo docente tem sido um tema caro aos campos da História da Educação e da Profissão Docente, sobretudo após o fortalecimento do entendimento emprestado por Nóvoa (1987) a esse processo. Para saber mais sobre as produções a respeito desse tema nos supracitados campos, conferir Catani (2011).

perfeitamente justa, porquanto as professoras exercem as suas funções pedagógicas com o mesmo zelo, competência e eficiência dos professores [não havendo], portanto, [...] [justificativa para que] tenham vencimentos menores” (CONGRESSO DO ESTADO, 1927a, p. 4). Ela, todavia, não pôde ser atendida já na lei orçamentária de 1928, devido à “situação financeira do estado” (CONGRESSO DO ESTADO, 1927a, p. 4), devendo então a equiparação ser concedida posteriormente, “quando as finanças estaduais tiverem vencido a grave crise que as assoberba⁷” (CONGRESSO DO ESTADO, 1927a, p. 4). A segunda demanda, por sua vez, fez crescer e alimentou polêmicas e rugas que extrapolaram os espaços da Conferência e do Congresso Estadual, dividindo inclusive opiniões bastante aguerridas na imprensa local. Nesses embates, dividiram-se opiniões e acusações daqueles que acusavam a lei de ser pouco eficiente (TABORDA, 1927a, n.p.; 1927b, p.1), e daqueles que a endossaram como medida equitativamente aplicada e sancionada pelo Executivo (CONGRESSO DO ESTADO, 1927b, p.4).

Especificamente sobre a demanda de equiparação salarial, alguns pontos merecem destaque. O primeiro é que não havia, no Regulamento da Instrução Pública (1914) vigente, o anúncio de quaisquer diferenciações salariais entre professoras e professores. Por outro lado, o que ali estava previsto era uma tabela de remuneração que organizava os salários – estes compostos pelo ordenado em si e pelas suas gratificações –, nas categorias “professor efetivo de Grupo Escolar”, “professor provisório de Grupo Escolar”, “professor preliminar”, “professor provisório de escola isolada” e “professor adjunto de escola isolada⁸” (SANTA CATARINA, 1914, p. 47). Estas, pois, diferenciavam-se entre si de acordo com a formação do docente e pela localização da instituição de ensino, sendo os professores normalistas ou egressos do Ginásio Santa Catarina priorizados na destinação das vagas, sobretudo em relação aos professores provisórios⁹ (SANTA CATARINA, 1914, p. 22-24).

Da forma como aqui se entende, infere-se que a diferenciação salarial poderia se dar não por dispositivos legais, mas pela organização dos acessos no interior da carreira. Nesse sentido, mesmo que não houvesse uma deliberação legal a respeito de privações às professoras, defende-se que elas não puderam acessar os escalões aos quais foram destinados os maiores vencimentos, devido aos dispositivos que operavam uma organização do fluxo de carreira. Dentre eles, os mais evidentes seriam os gargalos que as separaram de uma progressão vertical, que as levaria aos cargos de inspetoria, por exemplo. Esses, já razoavelmente mapeados pela historiografia (DEMARTINI; ANTUNES, 2013), e também razoavelmente circunscritos em análise desse objeto (PHILIPPI, 2021), fizeram ver a existência de uma carreira cujos maiores ordenados eram destinados a quem saía da sala de aula e que, não por acaso, eram comumente os professores homens.

Já a demanda a respeito do fim da “lei do celibato” (OTTO, 2008) gerou controvérsias, tanto quando foi apresentada, como quando foi debatida no Congresso Estadual. Isso porque a Lei nº 1.187, vigente já há dez anos quando da realização da Conferência, condicionava a permanência da professora normalista no magistério público ao seu estado civil de solteira. Ela literalmente alegava que “perderiam o cargo [aquelas docentes que, da data de sua promulgação

⁷ A comissão responsável pela elaboração do parecer foi composta por Marcos Konder, Hermann Weege, Dalmiro de Barros, Otacílio Costa, Carlos Whendausen, Arthur Cota, Durval Melchíades e Gallotti Jr. (CONGRESSO DO ESTADO, 1927a, p. 4).

⁸ Segundo o Regulamento Geral da Instrução Pública (1914) então vigente, os professores adjuntos seriam nomeados independentemente de processo seletivo, sendo diretamente nomeados pelo Diretor da Instrução. Essa categoria não contabilizava tempo para aposentadoria, e poderia ser extinta assim que fosse de convivência do ensino, tendo sua existência restrita à Capital e às cidades onde não houvesse Grupo Escolar (SANTA CATARINA, 1914, p. 26).

⁹ Os professores provisórios teriam acesso ao cargo sem prestação de concurso, quando a vaga fosse em Grupo Escolar, e com prestação de exame, quando em escola isolada. Esse exame versaria sobre as mesmas matérias daquele para a admissão da Escola Normal e, em todos os casos, o candidato deveria apresentar prova de ser maior de 18 anos, brasileiro, e as folhas corridas dos locais nos quais residiu nos últimos dois anos (SANTA CATARINA, 1914, p. 23).

em diante], contraissem casamento” (SANTA CATARINA, 1917, n.p.). O projeto, polêmico desde a sua confecção, por um lado angariou opositores, como o então Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, Sr. Orestes Guimarães; e por outro, recebeu defesas e propostas de expansão da condicionalidade às professoras complementaristas pelo inspetor escolar, Flodoardo Cabral, na ocasião da Conferência de Ensino (BESEN, 2021, p. 140).

Em que pesem as rusgas engatilhadas pela lei e por seus desdobramentos, interessa aqui pontuar os argumentos mobilizados em seu ataque ou defesa na ocasião da Conferência. Nesse sentido, foi Maura Pereira quem se colocou em nome das professoras – já que, para ela, “o mutismo feminino seria uma covardia” (SANTA CATARINA, 1927, p. 81) –, protestando em seu nome

e de suas colegas contra as opiniões daquele deputado por virem de encontro à mais alevantada, mais firme e mais racional aspiração do feminismo, vindo lançar por terra todo o dispêndio de energias intelectuais com proibição de que a professora adquira a justa emancipação econômica pelo fato de contrair casamento (SANTA CATARINA, 1927, p. 81-82).

Junto a nomes como Catharina Demoro, Beatriz de Souza Brito, Floscula de Queiroz Santos e Maria Amorim, Maura Pereira requereu a revogação desse dispositivo legal, responsável por vedar “[...] às professoras casadas o exercício do magistério nos grupos Escolares de 1º e 2º classe [sic] [...]” (SANTA CATARINA, 1927, p. 82). Não por acaso, o grupo foi chamado pelo então deputado estadual pelo Partido Republicano, Marcos Konder, de “timoneiras do movimento feminista” (SANTA CATARINA, 1927, p. 82). Também para ele, a supracitada lei era tão útil quanto necessária, já que “[...] há ainda bem pouco tempo, por motivos de terem de atender às circunstâncias que ao casamento não são alheias, quase esteve para ser fechada uma importante escola do [...] Estado” (SANTA CATARINA, 1927, p. 82).

Em defesa da bandeira de Maura e das demais colegas, levantaram-se nomes como dos professores Raja Gabaglia, Orestes Guimarães, Marcílio Santiago e João dos Santos Areão. Para o primeiro, tal lei perdia o sentido, já que países como a França não somente não possuíam o dispositivo legal de proibição como ainda tinha organizadas leis de proteção ao estado civil das professoras (SANTA CATARINA, 1927, p. 82). Para o segundo, o veto ao casamento era falho, por “conhecer professoras casadas que cumprem seus deveres e solteiras que não o fazem [devendo, no segundo caso] [...] o diretor do estabelecimento agir na forma do regulamento em vigor” (SANTA CATARINA, 1927, p. 64-65). Por fim, para Marcílio Santiago e João dos Santos Areão, a contrariedade à lei persiste, sobretudo, por entenderem que o tema não deveria ser nem mesmo alvo de legislação (SANTA CATARINA, 1927, p. 25).

Apesar das alianças, Marcos Konder manteve-se firme alegando que “[...] entre os deveres de mãe de família e professora deve predominar o sentimento e a razão [...]” (SANTA CATARINA, 1927, p. 24), preferindo nesse caso “[...] errar com sua consciência e princípios” (SANTA CATARINA, 1927, p. 83). A ele somaram-se nomes como o do deputado baiano eleito pelo Partido Republicano Catarinense, Arthur Costa, cujos posicionamentos foram amplamente comentados na imprensa local. Este, inclusive, teve sua argumentação exposta e rebatida nas páginas do jornal “O Estado”, sendo a ele necessário vir a público defender que a lei existente era válida e deveria ser plenamente cumprida e, caso não o fosse, “[...] o Executivo, em qualquer das suas mensagens, já teria pedido revogação, o que nunca foi feito” (CONGRESSO DO ESTADO, 1927b, p. 4). Foi também ele quem travou debates ferrenhos sobre o tema nas páginas dos jornais “A República” e “O Estado”, no qual o colunista “A. Taborda” (Pedro Paulo) militava firmemente pela revogação da lei. Para Taborda, o que Arthur Costa fazia ao insistir na defesa da lei fazia ver não só uma atuação despótica no congresso (TABORDA, 1927, p. 1), mas também a injustiça presente em seus argumentos (TABORDA, 1927, n.p.).

O estado de Santa Catarina, contudo, não estava sozinho na promulgação de leis que regulassem o magistério primário nessa chave. Para Pizolati (2023), discursos e propostas nesse sentido eram comuns a ponto de se fazerem ver, inclusive, na pauta da 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro daquele mesmo ano. Justapondo debates sobre eugenia, educação e o papel da mulher na educabilidade do brasileiro, nomes como Nestor Lima alegaram que “[...] o trabalho mental da professora esgota e destrói os nervos [...] [sendo] [...] as mulheres que trabalham mentalmente [...] pouco aptas para a ‘profissão maternal’” (Lima, 1997 [1927], p. 405-406 *apud* PIZOLATI, 2023, p. 8). Discursos como esse conviveram, pois, com uma progressiva expansão de um ensino primário que cada vez mais demandava o exercício profissional das professoras, e com o fortalecimento de um discurso eugenista que as colocava na obrigação moral de gestar. Essas atribuições, contudo, não poderiam coexistir (PIZOLATI, 2023).

Dessa forma, quando Maura de Senna Pereira falou em nome do grupo de professoras que a acompanhava, e assumiu a presidência da Liga do Magistério, posicionou-se no lugar de dar voz às demandas da categoria à qual pertencia. Nesse sentido, operou capitaneando a sua rede de relações (SIRINELLI, 1996) em prol da defesa de concepções centrais para o entendimento do trabalho da professora primária. Para o que se quer nesse artigo, vale ressaltar a defesa de Maura Pereira da ideia de que o fazer professoral na escola primária deveria ser regulamentado por uma carreira organizada para a atuação no espaço público, sem, portanto, depender de arranjos domésticos particulares para pleito de vagas ou progressão. Em outros termos, a sua burocratização (FORMOSINHO, 2007) e profissionalização seria uma forma de ação política, que garantiria sua organização e regulamentação no espaço público, aproximando-se do polo estratégico de gestão do ensino e da docência (CERTEAU, 2009).

Ainda sobre sua forma de ação, vale destacar que Maura Pereira, embora aguerrida na defesa das pautas encampadas na Conferência, não foi aos jornais em sua defesa. Quem o fez foram os homens, professores ou não, responsáveis por sua escrita, regulamentação e fiscalização. Por outro lado, Maura Pereira aproveitou o espaço da Conferência como meio de lançar seus pedidos a quem tivesse o manejo estratégico do ensino, manuseando taticamente um espaço acadêmico até então inédito (CERTEAU, 2009). Ainda sobre suas redes de relações, dois pontos são destacáveis: o primeiro é que as demandas de Maura e de suas colegas foram defendidas não só, mas principalmente por professores. Sua oposição, por sua vez, mobilizou deputados estaduais e nacionais, extrapolando, portanto, os laços entretecidos pela comunhão de profissão. Ademais, para se fazerem ouvir, elas tiveram que decodificar suas requisições, para que elas conversassem com os expedientes burocráticos da Conferência, que se estenderam desde a organização das sessões até os protocolos de recebimento de demandas.

2. Mulheres e espaço público

Ainda bastante jovem, Maura de Senna Pereira se fez valer de uma sólida rede de relações, não somente para ser validada nos espaços que ocupou, mas também para encampar posicionamentos que, embora compartilhados com demais defensores, não eram pontos ganhos na carreira docente e nos acessos das mulheres. Não por acaso, recebeu na imprensa local descrições que a colocaram como “uma organização, uma vontade e um triunfo [...] no ambiente feminino de Santa Catarina” (ANOTAÇÕES, 1927, p. 2), devido ao “encantamento do seu ideal feminista [...]” (ANOTAÇÕES, 1927, p. 2); e, na ocasião de sua participação em evento do Centro da Mocidade, foi apresentada como “uma das mais brilhantes mentalidades feministas de Santa Catarina” (CENTRO DA MOCIDADE, 1927, p. 2). Tais colocações, encampadas e publicadas pelo periódico “A República”, órgão de imprensa do Partido Republicano local, e no qual Maura publicava com alguma regularidade, fizeram ver seus laços profissionais e relacionais no jornal, perceptíveis inclusive no uso laudatório do termo “feminista”. Tamanha positividade na adjetivação e no acolhimento de suas propostas, contudo, não foi consenso nos órgãos de imprensa e nos sujeitos que neles se articulavam na época.

Isso porque, embora Maura fosse constantemente citada no “A República”, esse mesmo periódico pouco se demorou sobre a sua defesa mais polêmica na Conferência. Nesse sentido, apesar de ter sua trajetória literária e profissional arduamente noticiada neste jornal, foi o periódico independente – “O Estado” – então sob o comando de seu ex-professor, Altino Flores, que veiculou as impressões favoráveis à sua petição pela derrubada da “lei do celibato”. Por outro lado, foi nas páginas “d’A República” que Maura Pereira citou a educadora anarquista e feminista Maria Lacerda de Moura¹⁰, descrevendo-a como uma “altíssima pedagoga brasileira” (PALAVRAS AO PROFESSOR, 1927, p. 3). Tamanhas dissonâncias, da forma como aqui se entende, se fazem coesas quando consideramos a organização intelectual e social aglutinada em torno dos jornais locais como um respingo de arranjos políticos longevos (Cf. SCHARF, 2008). Nesse sentido, enquanto “A República” nomeadamente se alinhava aos quadros do Partido Republicano Local, e ao então governador Adolpho Konder – tendo até mesmo reiniciado a sua contagem de números quando da ocasião da sua posse, em setembro de 1926 –, não lhes parecia simples criticar nomeadamente legisladores atuantes na legenda, tal qual fez “O Estado”.

A despeito, porém, das incongruências que caracterizam as disputas políticas no espaço da imprensa, foi se valendo dos lugares ali acessados e das parcerias ali angariadas que Maura Pereira operou manobras que resguardariam a atuação feminina no espaço público. Foi ali, por exemplo, que ela se pronunciou abertamente em campanha a favor do voto feminino, quando da sua discussão no Senado, nomeando algumas opiniões contrárias como possuidoras de um “sarcasmo velado muitas vezes imbecil” (PEREIRA, 1928, p. 1). Posiciona-se, nesse esteio, ao lado do jurista Clovis Bevilacqua em carta a Juvenal Lamartine¹¹, este então chefe do executivo do Rio Grande do Norte, para quem:

perante a Constituição Brasileira, não há defesa para o raciocínio que procura profiglar a legítima aspiração feminina em nossa Pátria: de eleger e de elegibilidade. Frisa ainda a inteireza de cidadania garantida à mulher na carta constitucional e que, na qualidade de cidadã, deverá, pelo artigo 70, ter o direito de se alistar, completa a maioridade. (PEREIRA, 1928, p.1).

Foi também nas páginas do periódico “A República” que Maura viu anunciada sua adesão aos quadros do Centro Catarinense de Letras, pouco mais de um ano após seu anúncio como presidenta da Liga do Magistério. Em um primeiro momento, ela foi convidada juntamente a nomes como Antonieta de Barros e Beatriz de Souza Brito para a reunião da agremiação (CENTRO CATARINENSE DE LETRAS, 1926, p. 1), compondo já no ano seguinte uma chapa de diretoria junto à última (DIVERSAS, 1926, p. 4). O convite e a articulação, vale lembrar, não vieram à toa. Tanto Antonieta de Barros (ROMÃO, 2021) quanto Beatriz de Souza Brito (ROMÃO, 2021, p. 163-167) já eram, na época, professoras em atividade e com algum reconhecimento nas bandeiras defendidas. Sobretudo a primeira, colega de classe de Maura Pereira na Escola Normal, angariou inclusive acesso ao legislativo estadual pouco menos de dez anos depois. No mais, em um momento que a Academia Catarinense de Letras não aceitava em seus quadros a presença nem de mulheres, e tampouco de negros (MATOS, 2014), a articulação em torno do Centro produziu alternativas tanto de enfrentamento quanto de ocupação dos meios literários.

¹⁰ Para saber mais sobre dados biográficos e atuação de Maria Lacerda de Moura, conferir Jourdan (n.d.).

¹¹ Na ocasião, Maura Pereira apresentou Juvenal Lamartine como “pioneiro do feminismo no Brasil” (PEREIRA, 1928, p. 1), referindo-se à incorporação do voto feminino na constituição do Rio Grande do Norte, em 1926 (PEIXOTO, n.d.).

Ainda sobre enfrentamentos e deslocamentos dos sujeitos no campo literário e, consequentemente, no espaço público, Maura esteve presente nas comemorações encampadas pelo Centro em nome e em homenagem ao poeta local, Cruz e Souza (DIVERSAS, 1927b, p.3). Nelas, ele foi apresentado como um escritor negro e local, cujo legado vinha sendo manejado no Centro, sobretudo pela ação dos jovens ali agremiados, na tentativa de “levantar o nome literário da terra” (DIVERSAS, 1927c, p.2). Também aqui, pois, é novamente reiterada a disputa do Centro com a Academia em relação à composição racial e sexual do campo literário catarinense, dessa vez pela celebração do nome de um poeta negro pouco reconhecido no cânone vigente.

Foi, pois, em setembro de 1927 – seis meses após a aproximação com o Centro Catarinense de Letras, e poucas semanas após sua participação na Conferência do Ensino Primário – que Maura Pereira teve seu nome eleito para a ocupação de cadeira na academia local (ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, 1927, p. 1), embora sua posse somente tenha sido efetivada três anos depois (ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, 1930, p. 4). Apenas após esses dois eventos, já no ano de 1931, é que Maura teve seu primeiro livro publicado. Na ocasião, foi apresentada como “uma bela expressão do talento feminino em nossa terra”, e como parte do legado de Cruz e Souza (CÂNTARO DE TERNURA, 1931, p. 1). Aqui, cabe destacar a fluidez do seu movimento, constantemente tensionado pelas redes de relações entretidas na ocupação do espaço público. Se, para sua aproximação ao Centro, Maura mobilizou redes de amparo profissionais e celebrou nomes pouco reconhecidos pelo cânone, pouco depois ela foi inserida no meio da Academia, e que pouco antes a havia repellido. A condição de acadêmica, contudo, não a impediu de ter sua atuação e escrita aproximada à de Cruz e Souza pouco após sua posse.

Da mesma forma, o reiterado esforço de ocupação do espaço público, pela via do acesso profissional e da produção literária, também faz perceber a especificidade de sua trajetória. Isso porque, ainda que oriunda de uma família com acessos estruturados nos meios acadêmicos e sociais da capital catarinense, o falecimento do pai em 1923 a colocou em um lugar de provedora, já que era ela a mais velha de doze irmãos (PEREIRA, 2004). Dessa forma, Maura Pereira dependeu, em parte, da validação profissional recebida para o suprimento das necessidades familiares mais básicas. Da forma como aqui se entende, essa rutura da rede de relações que estruturou alguns de seus trânsitos teve o efeito de realocar seu posicionamento e atuação, dando sentido à defesa de bandeiras que respaldassem o trabalho e a atuação política femininos no espaço público.

Também nesses trânsitos seu nome foi associado e reconhecido em instâncias diversas. Ela foi, por exemplo, associada a nomes como os de Antonieta de Barros, Barreiros Filho, Henrique Fontes, Altino Flores, Trajano Margarida e Lucas Boiteux, como representante catarinense dos colonistas do periódico “O pensamento”, então sob a organização de Hermínio Mills. Neste, deveriam dividir espaço com um time de colonistas sul-rio-grandenses e paranaenses, que se incumbiriam de difundir a “produção literária dos principais autores catarinenses” (INTERCÂMBIO INTELECTUAL, 1927, p. 4). Já no ano seguinte, também Maura foi felicitada pelo deputado Arthur Costa – o mesmo com o qual tão ferrenhamente discordara no ano anterior, em plena Conferência do Ensino – como uma “vitoriosa e eficiente pioneira do feminismo catarinense”, por convite feito pela Associação Brasileira de Educação (PROF. MAURA DE SENNA PEREIRA, 1928, p. 1). Esses deslocamentos, pois, dão notícias de uma progressiva ocupação do espaço público que foi paulatinamente reconhecida, ainda que entrecortada por indisposições.

Nesse sentido, é importante salientar que a progressiva ocupação feminina do magistério primário veio acompanhada por condições de trabalho precárias e pela estratificação sexual da carreira, bem como pela atribuição de significados femininos e masculinos às relações escolares e trabalhistas (VIANNA, 2001). Não se tratou, ademais, de um processo simples ou contínuo, não sendo possível atribuir relações unívocas de causalidade. O que, contudo, se percebe é que a maior ocupação das salas de aulas pelas mulheres veio acompanhada da regulamentação

estatal da profissão, e da consequente perda de autonomia das agentes incumbidas do ensino (LOURO, 2020, p. 443-480). Foi, pois, a esse movimento descontínuo e pendular que Maura Pereira articulou sua atuação profissional e sua produção intelectual, ora se fazendo valer da densidade dos laços que sustentaram seus acessos, ora cavando indisposições com figuras públicas recalitrantes. A esse respeito, a historiografia da educação mapeou bem a diversidade de trajetórias e a descontinuidade na regulamentação da profissão docente (CATANI, 2000; Cf. VICENTINI; LUGLI, 2009) como dados constitutivos da categoria. Aqui, por outro lado, cabe destacar as articulações e as táticas (CERTEAU, 2009) de Maura Pereira em coletivos que lhe permitiram defender – em espaços acadêmicos, literários e jornalísticos – a progressiva ocupação feminina do espaço público, sendo um deles a da profissão professora.

Considerações finais

Por certo, Maura Pereira não foi o único sujeito a entrecortar os espaços públicos e privados que organizaram a vida política da Florianópolis nos anos 1920 e 1930. Contudo, sua movimentação é ilustrativa do progressivo colamento da alcunha de “feminista” aos passos que escolheu traçar e nos espaços que lutou para ocupar. Nesse sentido, sua trajetória assinala para os processos que ordenaram a movimentação política e profissional das mulheres da época, em um momento de evidente reconfiguração do jogo político, e de progressiva organização das instituições de ensino e dos veículos de informação.

Vale, portanto, destacar que o adjetivo “feminista” foi mobilizado ora como elogio e ora como insulto, mas sempre foi convocado como indicativo de uma progressiva ocupação de espaços intelectuais, acadêmicos, profissionais e partidários. Aqui, a confluência entre o que foi chamado de feminismo com a organização de associações profissionais e de coletivos literários é evidente. Era, portanto, feminista a mulher cuja trajetória atravessasse limites, individual ou coletivamente. Também devido a isso é que se optou por uma categorização das práticas (CERTEAU, 1985; 2009) organizadas por Maura Pereira, de modo a fazer ver suas redes de apoio, amparo e sociabilidade (SIRINELLI, 1996). Da forma como aqui se entende, este olhar voltado às práticas organizadas taticamente nas disputas dos espaços nos permite ver a estruturação progressiva da ocupação dos lugares. Sobretudo aqui, o ser julgado feminista informa sobre atitudes conjuntas de enfrentamento.

Talvez por isso lhe foi importante o espaço profissional. Maura de Senna Pereira mobilizou redes de apoio potentes, compostas quase exclusivamente por docentes. Aqueles, portanto, que assinavam petições e editoriais ao seu lado eram professores. Os que a ela se opunham, nem todos. No esternir desse mesmo espaço profissional repousaram suas articulações nos periódicos locais. Isso porque, ainda que cada um se organizasse em torno de vinculações partidárias explícitas, Maura foi noticiada em ambos, embora de formas diferentes. Nesse sentido, a defesa aguerrida de A. Taborda à derrubada da “lei do celibato” só ganhou voz no periódico “O Estado”, então dirigido por Altino Flores, um dos padrinhos intelectuais de Maura. Todavia, também ela encampou o feito de defender a atuação de Maria Lacerda de Moura e a aprovação do voto feminino nas páginas do “A República”, claramente alinhavado com o partido da situação.

Por fim, o acompanhamento da trajetória da professora Maura Pereira permite pensar sobre o deslizamento do termo “feminista” à medida que se estruturavam com maior força as associações entre mulheres e, em outros casos, as alianças com sujeitos considerados aliados ao movimento em algum momento. O adjetivo, dessa forma, ganha sentido e forma à medida que se dá a ocupação de lugares outros, tais quais a sala de aula, redações de revistas e salas de conferência. Por fim, também sua movimentação faz ver o entroncamento de situações que a levou a, tão ostensivamente, encampar demandas de uma coletividade docente. Sobre isso, o peso colocado ao exercício remunerado do seu trabalho, no contexto da dinâmica de uma família que perdeu seu principal provedor, dá o tom de suas urgências e de suas alianças.

Referências

A GRANDE manifestação ao Sr. Coronel Governador do Estado. *O Estado – Jornal Independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, Ano X, n.3.241, n.p., 3 abr. 1925.

ACADEMIA Catarinense de Letras. *O Estado*. Florianópolis, Ano XVI, n. 5.140, p. 4, 17 nov. 1930.

ACADEMIA Catarinense de Letras. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 293, p. 1, 21 set. 1927.

ANOTAÇÕES. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 153, p. 2, 1 abr. 1927.

BESSEN, Danielly Samara. *Os Deslembrados e seus Apelos: Uma história da profissão docente pelo viés do Associativismo (Santa Catarina/Brasil - Final do Século XIX e início do XX)*. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2021. 223 p.

CÂNTARO de ternura. *O Estado*. Florianópolis, Ano XVII, n. 5.441, p. 1, 10 nov. 1931.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2003.

CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 585-602.

CENTRO Catarinense de Letras. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 20, p. 1, 22 out. 1926.

CENTRO da Mocidade. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 316, p. 2, 20 out. 1927.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Ivone (Org.). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano (Anais do Encontro)*. São Paulo: FAU; USP, 1985. p. 3-19.

CONFERÊNCIA do Ensino Primário – Os trabalhos da 3ª sessão. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 255, p. 1, 5 ago.1927a.

CONFERÊNCIA do Ensino Primário. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 258, p. 1-3, 10 ago.1927b.

CONGRESSO de Ensino. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 219, p. 2, 23 jun.1927.

CONGRESSO do Estado. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 277, p. 4, 1 set.1927a.

CONGRESSO do Estado. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 278, p. 4, 2 set. 1927b.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri.; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 5-14, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/934>. Acesso em: 4 set. 2023.

DIVERSAS. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 54, p. 4, 3 dez.1926.

DIVERSAS. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 81, p. 5, 6 jan. 1927a.

DIVERSAS. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 139, p. 3, 16 mar. 1927b.

DIVERSAS. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 145, p. 2, 23 mar.1927c.

ENTREGA de diplomas às normalistas. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano XVII, n. 933, n.p., 8 dez.1921.

FESTA literária. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 254, p. 2, 4 ago.1927.

FESTIVAL de Arte. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 162, p. 2, 12 abr. 1927.

FGV; CPDOC. Nereu Ramos. [online]. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vidal-josede-oliveira-ramos-junior>. Acesso em: 3 mar. 2020.

FORMOSINHO, João; ARAÚJO, Joaquim Machado de. Anônimo do século XX – a construção da pedagogia burocrática. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (Org.). *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 293–328.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-78.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira; DAROS, Maria das Dores. Ritos e materialidades nos entornos das conferências educacionais: Brasil nos anos 1920. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e269>.

INTERCÂMBIO intelectual. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 156, p. 4, 5 abr. 1927.

JOURDAN, Camila. Feminismo, educação libertária e antifascismo no pensamento de Maria Lacerda de Moura. Enciclopédia Mulheres na Filosofia. [online]. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/teorias-feministas/feminismo-educacao-libertaria-e-antifascismo-no-pensamento-de-maria-lacerda-de-moura/>. Acesso em: 11 set. 2023.

KALCKMANN, Reginalda Eli. *Maura em flor: uma fotobiografia*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007. 300 p.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. “*O Lábaro protetor da classe operária*”: As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2009. 239 p.

LIGA do Magistério Catarinense. *O Estado – Jornal Independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, Ano X, n. 3.153, 19 dez. 1924.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 443-480.

MATOS, Felipe. *Armazém da província: vida literária e sociabilidades intelectuais em Florianópolis na Primeira República*. Tese. Programa de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014. 277 p.

NÓVOA, António. *Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX)*. [online]. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1987. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/19873413.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

OTTO, Clarícia. *A feminização do Magistério: poder e violência simbólica*. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 25-28 ago. 2008, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

PALAVRAS ao professor. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 245, p. 3, 24 jul. 1927.

PEIXOTO, Renato Amado. *Juvenal Lamartine – biografia*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LAMARTINE,%20Juvenal.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

PENAS, João A. O nosso bilhete. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 259, p. 2, 11 ago. 1927.

PEREIRA, Maura de Senna. *Poesia reunida e outros textos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2004.

PEREIRA, Maura de Senna. *República - órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano II, n. 526, p. 1, 30 jun. 1928.

PHILIPPI, Carolina Cechella. O exercício político do Magistério: táticas de mulheres na carreira docente (Santa Catarina, 1920-1930). In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). *História da educação: democracia e diversidade cultural*. 1ª ed. Campo Grande: Editora Oeste, 2021. Volume 1. p. 347-376.

PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. “Preferencialmente não mães: mulheres, docência e eugenia”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.31, n.1, e83952, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183952>.

PONTES, Gustavo Tiengo. *Das páginas de ‘Flamma Verde’: educação e sociabilidade no periódico integralista ‘Flamma Verde’ em Florianópolis entre 1936 e 1938*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. 236 p.

PORTAL CATARINA. *Delminda Silveira*. Florianópolis: Biblioteca Digital da Literatura Catarinense, 2023. Disponível em: <https://www.portalcatarina.ufsc.br/autores/?id=1435>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. *As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911-1935)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2009. 148 p.

PROF. MAURA de Senna Pereira. *República - Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano II, n. 546, p. 1, 24 jul. 1928.

REPRESENTAÇÕES. *A República – Órgão do Partido Republicano Catarinense*. Florianópolis, Ano I, n. 1, p. 7, 29 set. 1926.

ROMÃO, Jeruse. *Antonietta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil*. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

SANTA CATARINA. *Regulamento Geral da Instrução Pública*. Execução da Lei número 967, de 22 de agosto de 1913. Florianópolis: 1914.

SANTA CATARINA. *Anais da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário*. 31 de julho de 1927. Florianópolis: Of. Graf. da Escola de Aprendizes e Artífices, 1927.

SCHARF, Elisabete Weber. Política, briga e imprensa: Críticas à Felipe Schmidt através do jornal República. *Revista Santa Catarina em História*, v. 2, n. 2, p. 18-23, 2008.

SCHROEDER, Rosa Maria Steiner. *Uma mulher além de seu tempo: Maura de Senna Pereira*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1997. 204 p.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p. 231-269.

TABORDA, A. (Pedro Paulo). Dê o seu voto! *O Estado – empresa editora “O Estado” limitada*. Florianópolis, Ano XIII, n. 3.977, n.p., 31 ago.1927a.

TABORDA, A. (Pedro Paulo). Bendito espinhos! *O Estado – empresa editora “O Estado” limitada*. Florianópolis, Ano XIII, n. 3.979, p. 1, 31 ago. 1927b.

TABORDA, A. (Pedro Paulo). Ditar o dever às brasileiras. *O Estado - empresa editora “O Estado” limitada*. Florianópolis, Ano XIII, n. 3.980, p. 1, 3 set. 1927c.

UMA CARTA. A grande manifestação ao Sr. Coronel Governador do Estado. *O Estado – Jornal Independente de maior circulação em Santa Catarina*. Florianópolis, Ano X, n. 3.242, n.p., 4 abr. 1925.

VIANNA, Claudia. O sexo e o gênero na docência. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 91-103, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Libânia Nacif. *Associativismo docente e construção democrática (Brasil-Portugal: 1950-1980)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

XAVIER, Libânia Nacif. Contribuições ao estudo do associativismo docente. *Pro-Posições*, Campinas, v. 30, p. 1-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0013>.